

Publicado no Jornal Valor, em 06/11/2003, p. A14

Pós-keynesianos e o intervencionismo estatal

José Luís Oreiro* e Luiz Fernando de Paula**

Em vários artigos publicados recentemente na imprensa alguns economistas brasileiros – a maioria deles ligados ao antigo governo FHC - têm criticado segmentos do governo PT, normalmente associando uma visão de um pretenso “velho desenvolvimentismo estatista” à “ultrapassada escola econômica pós-keynesiana”. A direção do BNDES, por exemplo, tem sido freqüentemente criticada. Não pretendemos nesse artigo discutir se as ações de um segmento (digamos) mais esquerdista do governo PT reflete ou não uma visão ultrapassada do papel do Estado na economia, mas sim mostrar que esses economistas têm uma visão distorcida do que vem a ser a escola pós-keynesiana, no mundo e no Brasil.

Essa escola – como sabe quem tem alguma inserção acadêmica no Brasil - tem tido de fato uma forte influência no nosso meio acadêmico, com reputação construída a partir de um conjunto de trabalhos sérios e conseqüentes, publicados em várias revistas acadêmicas e livros editados no país¹.

A escola pós-keynesiana desenvolveu-se principalmente a partir da década de 1970, procurando responder as críticas ao keynesianismo feitas por economistas monetaristas e novo-clássicos, de linhagem neoliberal, buscando, a partir dos desenvolvimentos teóricos originais de John Maynard Keynes, esquecidos e deformados pelo “velho keynesianismo” de Tobin, Solow e Samuelson, desenvolver uma abordagem alternativa que procure dar explicações convincentes sobre o funcionamento do “mundo real”.

Uma das características principais dessa escola – que tem como expoentes, entre outros, os economistas Paul Davidson, Hyman Minsky e Jan Kregel – é mostrar, de forma coerente e consistente, que uma economia, quando deixada ao livre jogo das forças de mercado, é incapaz de alcançar e/ou permanecer em uma posição de pleno emprego da

* Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email: joreiro@sociais.ufpr.br

** Professor da Faculdade de Economia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e co-editor de “Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea” (Campus). E-mail: lfpaula@alternex.com.br

força de trabalho. Usando uma linguagem mais técnica, os mercados não se auto-equilibram e, por isso, são falhos.

A política do “laissez-faire”, deste modo, é considerada inadequada como solução para os problemas econômicos e sociais do mundo atual, particularmente o desemprego e a distribuição de renda. Essa questão já havia sido levantada por Keynes em seu artigo “O Fim do Laissez-Faire”, quando disse que “o mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam (...) Não constitui uma dedução correta dos princípios da Economia que o auto-interesse esclarecido sempre atua a favor do interesse público”.

A escola pós-keynesiana, assim como Keynes, defende um papel permanente para o governo na economia, não se confundindo com a simples substituição dos mercados privados pela ação do Estado na determinação do investimento. Relaciona-se, sim, à adoção de políticas econômicas dirigidas a aumentar o nível de demanda agregada, de modo a criar um ambiente estável e seguro que estimule os empresários a realizar novos investimentos, uma vez que os níveis de emprego e utilização da capacidade dependem dos determinantes da demanda agregada, principalmente da decisão de investimento dos empresários.

Trata-se, portanto, de buscar um *meio termo entre o liberalismo econômico e o intervencionismo soviético*, partindo da premissa que o mercado não resolve tudo, mas que o capitalismo, se sabiamente administrado, pode se tornar mais eficiente para atingir objetivos econômicos do que qualquer sistema alternativo. Ainda segundo Keynes no referido artigo: “A mais importante Agenda do Estado não diz respeito às atividades que os indivíduos particularmente já realizam, mas às funções que estão fora do âmbito individual, àquelas decisões que ninguém adota se o Estado não o faz”.

Uma boa combinação entre a iniciativa privada e ação do governo pode explicar, em boa medida, o sucesso do desenvolvimento econômico e social de vários países. Temos defendido que, no caso do Brasil, o crescimento econômico sustentado depende de uma boa combinação de políticas macroeconômicas de curto prazo (administração da taxa de câmbio com vistas à promoção de exportações, controles de capitais de curto prazo, redução da taxa real de juros e do superávit primário) com políticas setoriais de longo prazo (política de comércio exterior, política tecnológica, política educacional, etc.)². Isso nada tem a ver com o “velho desenvolvimentismo estatista” sugerido por alguns economistas brasileiros.

Um dos grandes desafios atuais no Brasil é justamente desatar o nó do “imbróglio macroeconômico” que, nos termos da política econômica que vem sendo adotada pelo governo, impede que a economia reencontre um caminho de crescimento auto-sustentado, e acaba por inviabilizar a adoção e eficácia das próprias políticas setoriais no país.

Será que os economistas acima referidos discordam das idéias aqui sumariadas ou estarão agora comungando as idéias do “velho liberalismo” em sua nova roupagem neoliberal?

¹ Ver, a respeito, os livros “Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea”, Editora Campus, e “Macroeconomia do Emprego e da Renda: Keynes e o Keynesianismo”, Editora Manole.

² O leitor poderá encontrar nossas propostas no livro recém lançado “Agenda Brasil: Políticas Econômicas para o Crescimento com Estabilidade de Preços”, co-editado com João Sicsú, pela Editora Manole.